

As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro*

Maria da Gloria Bonelli

Introdução

As Ciências Sociais têm sido foco dos mais diversos tipos de diagnósticos que as avaliam negativamente. Aponta-se a existência de uma variedade de crises na área, seja do ponto de vista do mercado de trabalho, seja das identidades profissionais, seja da produção intelectual ou da procura por seus cursos.

Espero mostrar que estes sentimentos em relação às Ciências Sociais decorrem do fato de se analisar a profissão fora de seu contexto, isolada do sistema profissional como um todo. Esta perspectiva acaba nos induzindo a buscar explicações para a situação das Ciências Sociais olhando apenas para o seu interior, numa abordagem que perde a dimensão dos condicionantes e a visão das oportunidades reais de seu desenvolvimento dentro do sistema das profissões superiores. Um outro caminho é inserir as Ciências Sociais neste campo, de modo a detectar, histórica e estruturalmente, como a profissão se movimentou nas situações reais que teve de enfrentar, concorrendo com outras profissões, conquistando e perdendo espaços de atuação no mercado de trabalho.

A presente análise sobre o desenvolvimento da profissão vai seguir esta lógica.

Buscarei situar as Ciências Sociais nas interações que estabelece no sistema mais amplo das profissões superiores, mostrando como se dão, na prática, as competições intraprofissionais e interprofissionais que movimentam e modificam esse sistema.¹ A abordagem que adoto para desenvolver tal estudo concebe o mundo profissional como movido por esses dois tipos distintos de competição, modelo analítico que surge na Sociologia das Profissões como decorrência da trajetória de investigação que a especialização percorreu.

As Contribuições da Sociologia das Profissões para a Análise das Ciências Sociais

Há 50 anos a Sociologia vem acumulando conhecimentos sobre as profissões superiores através de estudos que permitiram consolidar uma especialização da disciplina nesta temática, sustentada teoricamente por alguns modelos analíticos com concepções distintas sobre os processos de profissionalização.

A publicação que deu origem a esta área de estudos é inglesa e data de 1933. Carr-Saunders e Wilson (1933) fizeram um levantamento histórico dos grupos que poderiam ser considerados como profissões na

* Esta temática foi desenvolvida em minha tese de doutoramento, *Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais: As Ciências Sociais no Sistema das Profissões*, defendida em 1993 na Unicamp. Durante os cinco anos em que estive envolvida com meu doutoramento, contei com bolsas de estudo concedidas pelo CNPq, pela Fapesp e pela Comissão Fulbright. Para a realização da pesquisa empírica recebi apoio financeiro da ANPOCS, do INEP/MEC e o NPP/FGV.

Inglaterra. A base da classificação era a existência de um corpo organizado que dominasse um conhecimento baseado num sistema de ensino e treinamento, com seleção prévia através de exame, e possuísse códigos de ética e de conduta.

Essa definição inicial deu o rumo das discussões por algumas décadas, revelando um das preocupações analíticas dos pesquisadores acerca do seu objeto: que grupos têm e quais não têm esse ou aquele pré-requisito para ser uma profissão realmente genuína. Nesse sentido, o estudo sobre as profissões trouxe para o seu enfoque o mesmo conteúdo monopolizador de poder que as profissões procuravam construir e preservar. A imagem que a área transmitia se assemelhava à imagem que as profissões tinham na sociedade.

Em 1937, Kotschnig focalizou as consequências políticas da expansão do sistema educacional na Europa sobre as profissões superiores no seu *Unemployment in the Learned Professions*, observando como a insatisfação desse contingente não absorvido pelo mercado resultou no apoio ao nazismo.

Sob a ótica de Parsons (1959 e 1968), nos Estados Unidos as profissões adquirem uma versão altruísta. Em vez do egoísmo preponderante na análise marxista da sociedade capitalista, as profissões são concebidas como o reinado da preocupação com a qualidade do serviço prestado ao cliente, com a autoridade adquirida com base no conhecimento. A motivação para o trabalho não se resume apenas aos interesses de obtenção de um rendimento. Profissão é do mundo dos serviços dignos, morais, das relações de igualdade entre os pares. Requer que o cliente confie no saber do profissional e que este respeite seus colegas e seus clientes. Ela era a novidade dessa sociedade e legitimava o altruísmo nessa ordem social.

Se o campo do estudo das profissões surgiu permeado por um conteúdo ideológico elitista, seu significado alterou-se conjuntamente com as mudanças na estrutura social. O impacto dos novos conhecimentos e o

clima dos anos 60 deixaram sua marca também aqui.

Nesta década, a visão das profissões pautada na relação entre profissional e cliente dá lugar à concepção das profissões como formas de controle e poder. Em sua análise do profissionalismo, Johnson (1972) reverte a maneira de se enfocar o problema: o cerne da questão não é mais o atendimento às necessidades sociais, mas a imposição dessas necessidades e dos formatos dos serviços prestados. Freidson (1970), por sua vez, mostra como a base e a força da Medicina nos Estados Unidos é a sua capacidade de articular domínio e autonomia, em vez de confiança e coleguismo. Sua abordagem faz a transição das profissões como altruísmo para a versão onde o monopólio do conhecimento e a proteção de mercados constituem fontes de poder.²

Outro trabalho marcante no embate da visão harmoniosa do profissionalismo é o de Magali Larson (1977), onde a autora vincula o discurso da competência profissional à ideologia burguesa e enfatiza o lado egoísta das profissões, caracterizadas como grupos com interesses estratégicos disputando o domínio de áreas de conhecimento e de mercados.

A diferença no enfoque destes três últimos autores centra-se na quantidade de poder que eles identificam nas profissões e, conseqüentemente, no diagnóstico da situação que analisaram e nas perspectivas vislumbradas. Johnson associa profissões com uma alta capacidade de controle sobre o trabalho profissional, o que o leva a diagnosticar o enfraquecimento e declínio das profissões, tipificando a desprofissionalização, já que elas teriam perdido algumas destas características com o crescimento do controle corporativo e burocrático do Estado. Em vez da fraqueza, Larsons parte da ênfase oposta, da força. Ela identifica o poder e o domínio profissionais como um projeto coletivo de ascensão social que passa a dar as regras e moldar a sociedade. Sua denúncia deste papel ideológico questiona a relevância das profissões como formas de organização social, juntando-se aos que duvidaram do pros-

seguimento do processo de profissionalização, apontando para a proletarização das profissões. Freidson preserva-se numa posição intermediária entre as abordagens que focalizam a fraqueza e o declínio das profissões e as que enfatizam o domínio que elas poderiam ter sobre toda a sociedade. Neste cenário onde as profissões foram profundamente atacadas, ele identificava nelas aspectos positivos, que o levaram a defendê-las como um desafio ao poder administrativo, como um contraponto ao tipo de atividade geradora da alienação do trabalho apontada por Marx, e como uma forma de proteção contra a incompetência, mesmo que limitada.³

As mudanças sociais vividas nos anos 60 fizeram a passagem entre as duas formas de lidar com a problemática profissional. A primeira delas tinha como preocupação a classificação. Para isso, analisava as características das profissões, do processo e das etapas da profissionalização e dos conteúdos do profissionalismo. As profissões eram concebidas como comunidades homogêneas. Os enfoques introduzidos por Johnson, Freidson e Larsons quebram com esta integração, concentrando-se na identificação dos tipos de relações e de conflitos existentes entre os grupos profissionais.

Tanto as visões funcionalistas, quanto as fenomenológicas ou marxistas tomaram como unidade analítica uma profissão concebida como uma organização. Ambas aceitaram também alguns pré-requisitos da classificação do que é uma profissão. Possuir conhecimento formal, abstrato, de nível superior é o consenso que mais se destaca. Ele é a base tanto da vertente que enfatiza a confiança do cliente no profissional, quanto da que mostra como esse tipo de conhecimento é de elite, não-democrático, monopolizado e concentrador de poder.

De acordo com a visão monopolista, “o sistema formal apenas estabelece os limites da competição, dentro do qual atua um sistema informal de credenciamento. Este frequentemente utiliza critérios discriminatórios como o gênero, a raça, a religião, a etnia

e a cultura de classe, que operam para estruturar o desenvolvimento das carreiras e criar um sistema de estratificação na profissão” (Freidson, 1986, p. 88).

Para Buscher e Strauss (1961, *apud* Freidson, 1986, p. 211), “a comunidade ocupacional (das profissões) geralmente divide-se internamente por especialidades e segmentos, com interesses e ideologias conflitantes em torno do conhecimento, das técnicas e das tarefas na divisão do trabalho”. Segundo Abbott (1981, *apud* Freidson, 1986, p. 211), as profissões “também se estratificam freqüentemente por diferenças no prestígio, nos rendimentos auferidos e no poder”.

Freidson observa ainda que “as profissões são também sistemas organizados pela divisão da autoridade sobre o conteúdo e a organização do trabalho profissional (...). A diferenciação de seus membros em praticantes, administradores da profissão e professores-pesquisadores é, portanto, uma característica central da organização das profissões” (1986, p. 211). Segundo o autor, as relações entre esses segmentos são inevitavelmente tensas, pois representam uma complicada divisão de poder profissional e de conhecimento formal. Ocupando posições diferentes no sistema e com trabalhos distintos, cada segmento possui perspectivas e interesses próprios.

Na visão de Freidson, portanto, o poder das profissões apóia-se na diferenciação de seus membros em praticantes, administradores e intelectuais. Desta forma, as profissões têm seus próprios membros nos postos-chave de acesso às posições de poder. Os praticantes têm algum poder sobre os clientes, e mesmo que este não seja uniforme, eles têm o poder de controlar o trabalho que fazem. Os administradores (os membros de organizações representativas da profissão, por exemplo) condicionam como e onde os praticantes podem exercer poder sobre os clientes. Os intelectuais (os professores e pesquisadores) não exercem poder sobre nada nos locais de trabalho profissional, mas sua atividade forma a base para as regras organizacionais dos administradores e para as deci-

sões de trabalho dos praticantes. São eles que controlam quem vai possuir o diploma necessário ao exercício profissional.

Aquela área de estudos que se iniciou com as descrições naturalistas das profissões no mundo anglo-saxão construiu um corpo teórico para si. Nos anos 80, a estratificação no interior de cada profissão tornou-se um outro ponto de consenso. As diferenças entre as vertentes passaram a centrar-se na interpretação do fenômeno. Para alguns autores, a estratificação é a evidência do declínio das profissões, explicada como a proletarização ou a desprofissionalização delas. Para outros, ela é parte integrante da estrutura das profissões.

A Sociologia das Profissões montou seus quatro modelos básicos mesclando o altruísmo e o egoísmo com os enfoques internos e externos, no nível do indivíduo ou das relações sociais.⁴ A concepção altruísta de Parsons mesclou-se com o enfoque do sistema interno à profissão. A importância da confiança do paciente no médico e a capacidade deste de tratar de seus doentes eram decisivas para o profissionalismo. Tal abordagem teórica da questão ganhou o formato de um funcionalismo altruísta, com as explicações centradas ao nível do indivíduo. O outro modelo funcionalista, de Ben-David (1963), analisa o profissionalismo como resultado de um fator externo. Nesta perspectiva, os indivíduos envolvidos optariam pelo profissionalismo como uma forma de agir corporativamente para proteger seus interesses ou conquistar novos espaços.

O modelo monopolista de Larson caracteriza o profissionalismo como poder elitista, concentrador, egoísta, mas seu enfoque volta-se para as conseqüências externas. Segundo a autora, o profissionalismo dos médicos relaciona-se muito mais com a posição e o *status* da profissão na hierarquia social do que com a saúde de seus clientes. Para Freidson, as relações sociais contam na concepção egoísta do profissionalismo, mas ele identifica também as conseqüências internas na relação entre profissional e cliente. Essas relações ao nível individual responderiam pe-

las diferenciações internas, não sendo apenas decorrências exteriores das disputas por poder e *status* profissional.

Dois pontos unificavam essas diferentes vertentes: explicar o profissionalismo e relacioná-lo de alguma forma com o mercado, seja o mercado visto como clientes consumidores, seja o mercado como um lugar onde corporações disputam posições. Por isso as profissões de médico e de advogado no mundo anglo-saxão, que apresentavam a maior associação entre conhecimento e posição destacada no mercado das ocupações, concentraram a maior parte da atenção da área. Até para o enfoque monopolista, era nelas que o conhecimento e o poder se articulavam integralmente. Ambas constituíam o tipo ideal weberiano.

Com a mesma preocupação de explicar o profissionalismo, Collins (1990a e 1990b) parte de uma outra perspectiva. Questiona a visão de que conhecimento é poder, em função da sua capacidade de solucionar problemas, e opõe-se a esse tipo de vinculação direta entre profissão e mercado. Segundo ele os sistemas de conhecimento atendem a propósitos simbólicos, baseados no prestígio ideológico e na monopolização social, contendo o acesso a eles. A maneira como o conhecimento é organizado socialmente é muito mais importante do que o conhecimento que é produzido. A educação superior é vista como um ritual.

Para Collins, a necessidade social de ter os problemas solucionados não explica as profissões. Afinal, argumenta ele, os mecânicos solucionam muito mais problemas do que os filósofos. Se o mercado fosse outra variável fundamental, os administradores ou os engenheiros não deveriam enfrentar tantas dificuldades para obter as distinções do profissionalismo. Na escala que cita, as profissões que alcançaram maior poder e prestígio social são as de advogado, médico e cientista.

Collins considera que as profissões extraem seu poder da combinação de dois fatores: (1) da capacidade de criar seus próprios problemas para depois desenvolverem o co-

nhecimento abstrato para solucioná-los e (2) da capacidade de monopolizar o desempenho de uma atividade especializada, para a qual há uma demanda externa vinda da sociedade. Essas condições são encontradas na Ciência, no Direito e na Medicina. O Direito criou as leis que os advogados utilizam. Os cientistas resolvem os problemas que outros cientistas formularam. Já a Medicina atende a uma demanda social pelos seus conhecimentos, mas limita o ingresso na profissão e monopoliza seu desempenho, controlando inclusive o acesso aos medicamentos. Segundo ele, há profissões com enorme capacidade de solucionar problemas, decorrente de seu conhecimento técnico, mas elas não alcançaram posições sociais tão destacadas.

Embora recorte a problemática das profissões sob um outro prisma,⁵ Collins não se exclui da área da Sociologia das Profissões, coisa que faz Bourdieu. Ambos dão maior ênfase às dimensões simbólicas nessas relações, embora Bourdieu faça também um questionamento ideológico da Sociologia das Profissões, enquanto Collins usa tal especialização para mostrar como as profissões se perpetuam através de seus rituais.

A oposição de Bourdieu à Sociologia das Profissões se dá em função da forma como ele concebe a própria existência das profissões na sociedade. O conceito de profissão, para ele, é a expressão do simbólico como violência. Toma-se emprestada uma palavra usada na linguagem cotidiana para incorporá-la ao discurso científico. Emprega-se como instrumento de análise uma noção que deveria ser, ela própria, o objeto analisado (Bourdieu, 1991b e 1988a). Mais do que apontar o conteúdo simbólico do profissionalismo, Bourdieu procura mostrar a Sociologia das Profissões como a construção ideológica de uma geração de sociólogos americanos que aspiravam se tornar membros do *establishment*. O conceito de profissão não corresponderia a uma realidade social, mas à construção da Sociologia como uma profissão distinta. Daí a violência simbólica: a força político-organizacional de uma ortodoxia intelectual se impondo ao

campo científico. A lógica operante no campo da política sendo transferida para o campo intelectual.

“A Sociologia compartilha, ao mesmo tempo, de duas lógicas discrepantes: a lógica do campo político, onde a força das idéias está diretamente ligada ao poder que tem o grupo que a considera verdadeira; e a lógica do campo científico, que, na sua condição mais desenvolvida, apenas sabe e reconhece a ‘força intrínseca das verdadeiras idéias’ à la Spinoza. A comunicação científica, na sua forma ideal, difere da comunicação política porque o peso dos argumentos, dos problemas e das soluções não é decorrente desta ou daquela força social que o defende” (Bourdieu, 1991b, pp. 375-80).

As Ciências Sociais no Sistema das Profissões

A proposta analítica que orienta esta investigação insere as Ciências Sociais no sistema profissional, focalizando as áreas onde ela faz fronteira com outras profissões, disputando objetos, áreas de atuação, monopólios de poder, prestígio e posição na hierarquia ocupacional. Em vez de enfocá-la com as conotações ideológicas de distinção, vamos ver a relação dessa profissão com as outras e entre seus segmentos internos, a partir dos trabalhos que desempenham.

Analisar o trabalho no sistema das profissões é o modelo proposto por Abbott (1988). O autor estuda a competição inter e intraprofissional tomando como parâmetro as conquistas e as perdas de jurisdições legais nas áreas sob disputa focalizadas em seu livro. Mostra, em resumo histórico, como esses embates se desenvolveram em três áreas: (1) nas profissões do universo da Informação, divididas em qualitativas (Biblioteconomia, Jornalismo) e quantitativas (Contabilidade, Administração, Engenharia, Economia, Estatística, Marketing, Publicidade, Pesquisa de Opinião, Computação); (2) entre os advogados e seus competidores, e (3) na construção da jurisdição do problema pessoal, com as disputas entre o aconselhamento religioso, a Psiquiatria e a Psicoterapia dos analistas e dos psicólogos. Sua proposta é ver co-

mo se deu a divisão do trabalho de nível superior.

A vantagem desta perspectiva é estruturar as profissões como um sistema com sua dinâmica própria, onde o trabalho desempenhado e as disputas pelas atividades dão o perfil da lógica que se desenvolveu e da configuração a que se chegou. O autor acredita ter articulado, na explicação do trabalho de nível superior, aquilo que as visões sobre o profissionalismo conceberam separadamente ou como decorrência de fatores internos ou de fatores externos. Com isto, o dilema construído pelas quatro formas básicas de se analisar as profissões teria uma proposta de solução.

Abbott apresenta uma articulação entre a perspectiva interna — dos segmentos — e a externa — da competição entre as profissões. Seu modelo é elaborado de forma a ser aplicado em qualquer país industrial não-socialista, em qualquer momento a partir da Revolução Industrial. Esta generalização, contudo, abre um flanco à crítica, em função das noções de historicidade e de interação social que apresenta. Um modelo que estabelece *a priori* o desenrolar dos acontecimentos contradiz: (1) a perspectiva histórica, que atribui relevância aos fatos capazes de mudar o destino natural previsto pelos esquemas e (2) a capacidade de mudança resultante dos processos de interação social. Implementar esta proposta analítica sem atentar para esses dois problemas resulta no encobrimento das especificidades regionais e/ou nacionais. Acaba se detectando o padrão que se repete sem se visualizar o que se diferencia. Isso abre caminho para um processo crítico já conhecido: aquele que parte de abordagens históricas que procuram mostrar como os modelos sociólogos generalizam rapidamente suas conclusões e vê a essência desses modelos questionada pelas evidências coletadas historicamente.

Uma outra fonte de crítica à concepção histórica em Abbott toma como referencial a sua formação nos métodos quantitativos. Abbott extrai daí uma perspectiva de quantificar os eventos e as seqüências de eventos

que contam para formação de estruturas ou para a modificação de contextos. Esta visão ajusta-se ao estudo das profissões tomando como base a sua história jurisdicional, mas é incompatível com uma imagem interativa do sistema das profissões. É possível quantificar as conquistas jurisdicionais que levam à consolidação de uma profissão, mas é impossível contar as interações sociais que levaram a isso.

Considero que analisar as Ciências Sociais brasileiras sob o ângulo de sua inserção no sistema das profissões mas abrindo espaço, na concepção do modelo, para a historicidade gerada pelas interações sociais estabelecidas no processo local se configura na abordagem mais adequada ao estudo aqui desenvolvido. É indispensável enfocá-la nas suas relações externas, com as profissões com que faz fronteira, e nas suas relações internas, com seus segmentos e pares. Neste sentido, as contribuições de Freidson sobre a diferenciação no interior da profissão também são utilizadas como um referencial.

A análise mais “microscópica” de como os formados em Ciências Sociais vivem o seu trabalho e vêem sua profissão foi desenvolvida a partir de depoimentos coletados e encontra-se analisada na minha tese de doutoramento.⁶ Ali, tomo emprestado a referência teórica do interacionismo simbólico e de seus estudos sobre identidade profissional.⁷ O conceito de interação pressupõe diversos agentes e diferentes ações movimentando-se e atuando uns sobre os outros, formando um mundo social. Interação está longe de significar ações conjuntas harmoniosas. Muito pelo contrário, o que mais se destaca na sua lógica interna é como o conflito é parte integrante do sistema das profissões, tanto ao nível interno quanto externo.

Uma outra dimensão que aprofundo na análise a seguir é a história específica que resulta dessas interações: as diferenças na morfologia da profissão em cada contexto, seus competidores, as formas como se relacionam com o Estado, qual é o desenvolvimento da estrutura universitária, que posição a disci-

plina ocupa dentro dela e quais os condicionantes de sua origem.

É a articulação dessas três perspectivas — a externa, a interna e a histórica — que vai permitir captar, na sua plenitude, a lógica que caracteriza o funcionamento das Ciências Sociais no Brasil.

Vista sob este prisma, uma profissão não pode ser entendida isoladamente. Diagnósticos que identificam uma crise nas Ciências Sociais olhando-a fora de seu contexto e de seu desenvolvimento histórico já partem de uma premissa equivocada. Embora esta seja uma questão que mobiliza os cientistas sociais, sua análise científica não pode ficar restrita a necessidades de caráter mais político e imediato.

A proposta aqui implementada é, através da análise sociológica, contribuir para a compreensão da forma como as Ciências Sociais se movimentam no sistema das profissões. Para isto, é imperativo abdicarmos dos rótulos sobre a situação presente da profissão e de prognósticos sobre o seu futuro. Nossas conclusões não podem anteceder ao esforço de conhecer através da pesquisa científica. Se, no decorrer da análise, obtivermos sucesso nesta tarefa, poderemos extrair disto conclusões que fujam ao esquema tradicional de atribuir às crises econômicas ou a algum grupo profissional poderes “mágicos” sobre um sistema muito mais complexo.

O Desenvolvimento da Profissão no Brasil

A bibliografia sobre a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil está relacionada à criação da Escola Livre de Sociologia e Política — ELSP, em 1933, em São Paulo, e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934. O impacto da fundação da USP impôs a necessidade de redefinição no curso da ELSP, de acentuar diferenças de objetivos em relação ao curso de Ciências Sociais da USP, como um modo de garantir seu prosseguimento. A ELSP passou, assim, a frisar sua finalidade prática de formação de técnicos para aumentar a competência adminis-

trativa, tanto no setor público quanto no setor privado, o que, segundo a própria escola, a distinguiu da USP e justificava sua continuidade (Limongi, 1989).

O curso da USP, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — FFCL, consolidou-se como um referencial para a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Desde o nascedouro, pautou-se por um discurso que acentuava o prestígio do tipo de conhecimento que iria transmitir. Enfatizava-se a necessidade de que o país viesse a dominar um saber indispensável ao desenvolvimento e que fosse capaz, além disso, de preparar os alunos dos cursos secundários em expansão.

O discurso mais “altruísta” da FFCL voltava-se para uma elite que valorizava a informação cultural, e aquele mais “prático”, para segmentos sociais em ascensão. Entretanto, segundo dados analisados por Miceli (1987) e Limongi (1988), os estudantes que formaram as primeiras turmas da FFCL procediam de um segmento social que, apesar de dispor de recursos financeiros, não compunha a elite local. As mulheres e os imigrantes sobressaíam nessas turmas, em comparação com o estudantado de Direito e Medicina, cuja característica social era sua vinculação à elite estabelecida.

Recuperando os fatos da época, Limongi registra o interesse inicial da elite local pelo curso, freqüentando-o nos primeiros seis meses “em busca de ilustração, vida social e novidades”, e seu afastamento das aulas a partir de então. Para contornar as dificuldades de obtenção de matrículas para o curso — o que inclusive ameaçava sua continuidade — foram criados incentivos para atrair novos candidatos. Professores primários foram dispensados de suas atividades no magistério para freqüentar os cursos, criando-se a figura do aluno comissionado. Posteriormente, instituiu-se um sistema de bolsas para os não-comissionados, cuja principal função foi conter a evasão escolar. Do total dos estudantes que concluíram o curso nos quatro primeiros anos de sua existência, 58,3% eram comissionados ou bolsistas.

Assim, em sua origem, as Ciências Sociais enfrentaram adversidades oriundas da sua posição mais fraca diante das profissões liberais tradicionais. Elas foram ocupando os espaços existentes na estrutura educacional e profissional, para constituir o campo da profissão e disputar áreas e atividades.

As diferenças nas estratégias de sobrevivência e nos objetivos dos cursos da ELSP (atual FESP — Fundação Escola de Sociologia e Política) e da USP indicam como essas duas instituições atuaram para enfrentar a competição intra e interprofissional. A ELSP procurou frisar como sua prioridade a formação de funcionários com competência técnica. A perspectiva era criar um nicho numa área onde a USP não atuava. A FFCL, de início, propôs-se a formar uma elite intelectual para o país, mas logo ampliou seus objetivos acrescentando a capacitação de professores para o ensino secundário. Embora essas diferenças possam não ter assumido, na prática, a mesma dimensão que preconizavam os estatutos das instituições, elas forneciam identidades distintas aos membros da FFCL e da ELSP e justificavam os projetos dos dois cursos.

No Brasil, as Ciências Sociais começam a se institucionalizar a partir das duas escolas. Entretanto, elas se defrontaram com um sistema profissional cuja espinha dorsal já estava delimitada pelo Direito, a Medicina e a Engenharia. O primeiro curso jurídico criado no país data de 1825. Três anos depois instituiu-se o primeiro curso de Medicina do Império. As duas profissões tiveram, portanto, mais de cem anos de antecedência em relação às Ciências Sociais no Brasil. Até a criação da FFCL-USP, o que se constituía na problemática social, enquanto objeto de estudo, estava acoplado ao curso de Direito.

Em 1832, uma lei imperial autorizou a criação de um curso de estudos mineralógicos em Minas Gerais, base da Escola de Minas de Ouro Preto, que só foi ser implementada de fato em 1875. Data dessa época, também, a Escola de Agricultura, fundada em 1838, com sede no Rio de Janeiro, na Lagoa Rodrigo de Freitas. Surge, então, a

profissão de agrimensor, regulamentada em 1887, em função da criação dos cursos de Engenharia quatro anos antes.

Uma análise das legislações federais brasileiras sobre o ensino superior (Reitoria da USP, 1953) permite observar que desde essa época, o surgimento de um curso novo leva a que se regulamentem as profissões que estão na área ou na fronteira. Este é o mais evidente sinal da competição que gesta o sistema profissional no país desde o surgimento das primeiras profissões de nível superior.

Em 1873, a legislação imperial autoriza o “ensino da Engenharia Militar, das Ciências Físicas e Matemáticas” através da fusão da Escola Militar com a Escola Central. Do resultado dessa fusão nasce a Escola Politécnica, que se dedica ao ensino da Engenharia Civil. O meio século de “atraso” do advento do curso de Engenharia no Brasil é um indício da desvantagem desta profissão, se comparada à força do Direito e da Medicina. A marca da desvantagem acompanha, de certa maneira, a valoração social desta profissão até hoje. Os médicos e os advogados continuam sendo as profissões mais prestigiadas e as que detêm maior poder na organização, regulamentação e controle de seus interesses.

Além das profissões que se consolidaram como as liberais tradicionais, o sistema profissional brasileiro contava com a participação de outros estabelecimentos de ensino superior antes da criação dos cursos de Sociologia e Ciências Sociais no país. Em 1858, a legislação imperial criou o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro. Em 1890 é inaugurada no Observatório do Rio de Janeiro a Escola de Astronomia e Engenharia Geográfica. Também neste ano a Saúde Pública começa a conquistar espaço fora da Medicina, com a separação do Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina. Em 1892 cria-se o Pedagogium, um laboratório de Psicologia Pedagógica. A Psicologia nascia vinculada às normalistas e voltada para a Educação. A Academia de Belas Artes, criada em 1877, e o Conservatório de Música, fundado em

1841, mudam de *status* em 1892, dando origem à Escola Nacional de Belas-Artes e ao Instituto Nacional de Música.

O novo século traz outras novidades. A Medicina e Saúde se diversificam. Em 1901 surge a Clínica de Psiquiatria e de Moléstias Nervosas da Faculdade de Medicina. Logo depois, ganham *status* oficial as Escolas de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de vários estados. A Veterinária é regulamentada em 1912, na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Em 1919, a Faculdade de Odontologia ganha autonomia.

Na área do Direito surgem regulamentações sobre novas escolas de ensino jurídico e sobre novas disciplinas, com o desmembramento de antigas ou a incorporação de cadeiras ensinadas também em outros cursos.

Em 1930, uma legislação concede o grau de engenheiro geógrafo aos estudantes aprovados na 1.^a série do curso de Engenharia Civil. Em 1931 regula-se o exercício da Enfermagem no Brasil e a equiparação das Escolas de Enfermagem. Organiza-se também o ensino comercial, com a criação de cursos de perito contador, guarda-livros, atuário e do curso superior de Administração e Finanças. Registra-se ainda a regulamentação da profissão de contador e o restabelecimento do curso de Biblioteconomia, na Biblioteca Nacional.

Em 1932 vem a regulamentação e fiscalização do exercício da Medicina, Odontologia, Veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira. Neste mesmo ano o vestibular torna-se obrigatório para o ingresso no curso de Química Industrial e, em 1933, cria-se a Escola Nacional de Química. Em 1934, uma lei federal “concede inspeção preliminar aos cursos de Letras, com o complemento de formação pedagógica à licença cultural do Instituto Superior de Pedagogia, Ciências e Letras da capital de São Paulo”. A inspeção permanente é concedida em 1937.

É nesta estrutura embrionária do sistema profissional brasileiro que surge a profissão de cientista social. Neste espaço, ela vai

se inserir e disputar áreas de atuação. Além das atividades profissionais apresentadas como os objetivos dos cursos da ELSA e da USP, as Ciências Sociais estiveram entre as primeiras profissões superiores a colocar sua marca no incipiente mercado de trabalho intelectual. Já na década de 1930, as conexões entre a formação acadêmica e a área de difusão cultural atraíram cientistas sociais para jornais, revistas e editoras, como jornalistas, ensaístas, críticos, tradutores, revisores e editores.⁸ A trajetória ocupacional da profissão no Brasil teve seus alicerces construídos nesta época.

A ausência de possíveis competidores numa posição mais sólida representou, para as Ciências Sociais, a oportunidade de ocupar tais espaços profissionais, ainda que profissões liberais, como o Direito, também participassem desse mercado. A área de difusão cultural não demandava dedicação integral do colaborador e não se lutava pelo monopólio da atividade.

A diversificação dos objetivos dos cursos da ELSA e da USP colocou seus formados em posições diferentes no mundo do trabalho e possibilitou a expansão da área de atuação profissional. Na década de 30, ainda não existia o curso superior de Comunicação nem o de Economia, e a nascente Administração estava acoplada às Finanças e Contabilidade. Todos esses cursos vão, posteriormente, disputar e conquistar atividades que estavam sendo desempenhadas por pessoas formadas nas escolas existentes, destacando-se as de Ciências Sociais.

A origem quase simultânea de dois cursos na área de Ciências Sociais, numa época caracterizada pela ausência da demanda de alunos por essas disciplinas, também marcou a trajetória da profissão no Brasil. Para sobreviverem, ambos os cursos precisaram rapidamente redefinir seus objetivos e escopo de atuação para áreas desocupadas na estrutura profissional. Esta foi outra fonte de competição intraprofissional.

Identificamos na FFCL e na ELSA duas diferentes culturas sendo gestadas sobre as práticas profissionais e a imagem da profis-

são. Com frequência, explicamos esta diferença tomando como referencial a influência do pensamento sociológico americano sobre a primeira escola, e a influência francesa na constituição do curso da USP. Mais do que um fator explicativo, esta relação tornou-se um componente da cultura profissional local. Transformou-se numa verdade sobre o passado, dando sentido às diferenças no presente das Ciências Sociais no Brasil.

A vertente explicativa que se baseia nas distintas influências estrangeiras, e nos seus modelos institucionais e intelectuais, para analisar a origem do padrão uspiano ou o da ELSP acaba no entanto ocultando a dimensão das competições e dos espaços existentes no sistema profissional local.⁹ Este ângulo de visão focaliza apenas os aspectos internos à profissão, deixando de lado os condicionantes externos a ela. Como veremos, a morfologia do sistema profissional e das mudanças que vivenciou está intimamente relacionada com o destino das instituições que compõem o mundo da profissão.

Com isto, não se pretende aqui negar as marcas que diferentes influências acadêmicas internacionais possam ter deixado nas Ciências Sociais nacionais. Entretanto, outros trabalhos já enfatizaram a dinâmica e a capacidade interativa dos indivíduos, que se reapropriam de criações, modelos e idéias que não são originalmente seus e os reconstroem, atribuindo-lhes novos significados.¹⁰ O modelo francês adotado nas Ciências Sociais brasileiras se institucionalizou aqui mais rapidamente do que lá. Com isto, a profissão se expandiu mais cedo no Brasil do que na França.

Apesar da polarização entre o modelo americano e o francês, professores do porte de Florestan Fernandes, na segunda geração, ou de Juarez Brandão Lopes e Aparecida Joly Gouveia, na subsequente, estiveram em ambas as instituições e interagiram com ambas as influências. Até mesmo entre os membros da primeira geração de professores, que contava com os próprios estrangeiros, essa dicotomia entre um modelo mais filosófico e um mais empirista não parece ter

sido tão clara. Os problemas com recursos deram o seu tom no perfil que as instituições desenvolveram. Roger Bastide, professor francês que chegou à USP em 1938 e ocupou a cadeira de Sociologia I entre 1941 e 1954, responsabilizava a falta de verbas pelo fato de não poder realizar pesquisas com seus alunos. Já Donald Pierson, Ph.D. na Escola de Sociologia de Chicago e professor catedrático de Antropologia Social na ELSP entre 1939 e 1956, conseguiu encontrar recursos, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, para desenvolver suas pesquisas empíricas (Massi, 1989).

Examinar quem são os personagens que compõem o mundo das Ciências Sociais da época, como interagiam entre si e com as demais profissões ajuda a captar este passado de uma maneira mais dinâmica.

Embora se trabalhe com uma imagem de que o curso da USP sempre foi voltado para a reprodução de seu corpo docente, os dados que dispomos sobre os 187 formados nos quatro primeiros anos da FFCL indicam que apenas 25% deles tornaram-se professores da instituição (Limongi, 1988). Apesar de não sabermos o destino profissional dos demais 75%, este contingente não está incluído na explicação da auto-reprodução. Mas sabemos que o curso de Ciências Sociais já contava com um contingente feminino elevado para as características da época, em função da estratégia de recrutar normalistas para garantir a sobrevivência do curso. Uma parte delas pode ter dado continuidade à sua carreira no 2.º grau, enquanto outras podem ter se voltado para a vida familiar, através do casamento e da maternidade, sem ingressar no mercado de trabalho ou mesmo se retirando dele. Esta suposição baseia-se mais no perfil profissional das sociólogas de hoje do que em dados reais sobre seu passado.

Apesar de a participação feminina nos cursos de Ciências Sociais ter se ampliado após as diversas mudanças que se operaram na sociedade nos anos 60, atingindo um índice de 75% do corpo docente em 1968, o perfil feminino da profissão já estava estabeleci-

do antes dessas mudanças (ver Tabela 1). A série de dados disponíveis sobre o corpo discente de Ciências Sociais no Brasil começa a ser coletada em 1948. Neste ano, as mulheres matriculadas nos cursos repre-

sentavam 42% do total de alunos. Para a década de 30, dispomos apenas do número de titulados no curso da USP (ver Tabela 2). A porcentagem de mulheres que se formou neste período é de 53%.

Tabela 1
Expansão do Corpo Discente de
Ciências Sociais — Brasil — 1948/1987

Ano	Matrícula			Conclusões Ano Anterior		
	Total	Masculino	% Fem.	Total	Masculino	% Fem.
1948	141	82	42%	12	8	33%
1949	168	92	45%	14	9	36%
1950	130	80	38%	22	11	50%
1951	152	88	42%	24	13	46%
1952	166	92	45%	18	9	50%
1953	268	173	35%	20	16	20%
1954	333	219	34%	54	32	41%
1955	387	233	40%	73		
1956	536	273	49%	68	41	40%
1959	1.154	571	51%	125	52	58%
1960	1.378	641	53%	171	70	59%
1961	1.712	766	55%	208	74	64%
1962	2.179			304	109	64%
1964	1.944	687	65%	249	59	76%
1966	4.460	1.595	64%	403	128	69%
1968	5.769	1.471	75%	798		
1971	9.434	2.775	58%	1.258	316	75%
1972	10.583	3.302	69%	1.690	414	76%
1973	10.476	2.605	75%	1.826		
1975	10.991			2.530		
1978	12.526			1.813		
1979	14.516			2.067		
1980	14.090			1.986		
1983	15.637			2.180		
1985	14.035			2.006		
1986	14.802			2.148		
1987	15.161			1.837	474	74%

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Ministério da Educação

Tabela 2
Diplomados em Ciências Sociais na USP — 1936/1955

Ano	Feminino	Masculino	Total
1936	1		1
1937	9	8	17
1938	5	4	9
1939	1	2	3
1940	1	4	5
1941	1	12	13
1942	7	8	15
1943	3	2	5
1944	10	2	12
1945	6	2	8
1946			
1947	7	2	9
1948	4		4
1949	4	2	6
1950	5	6	11
1951		5	5
1952	5	1	6
1953	1		1
1954	9	4	13
1955	6	1	7
Totais	85	65	150
Em %	57%	43%	100%

Fonte: Miceli (1987).

Se para elas tal estratégia representou o acesso à vida universitária e a um conhecimento abstrato pouco comum ao gênero na época, a presença desse contingente nos cursos favoreceu o tipo de hierarquização e de estratificação que a profissão viveu no Brasil. A competição entre os profissionais do sexo masculino pelas posições que estruturaram a elite intelectual brasileira foi menor do que, por exemplo, a verificada nos Estados Unidos. Nas posições privilegiadas da carreira, a participação masculina aparece sobre-representada se comparada com seu peso no total do corpo discente. Em 1948, os professores universitários de Ciências Sociais somavam 75 (ver Tabela 3). Neste ano regis-

tra-se o maior índice de participação feminina na função (15%), que só vai ser superado na década de 60. Em 1973, as mulheres representavam 40% desse mercado de trabalho, embora corresponderem a 75% do alunado.

Ao contrário da análise desenvolvida por Miceli (1989), que interpreta a feminização das Ciências Sociais como um fenômeno intensificado nos últimos anos, responsável, em boa parte, pela segmentação do mercado de trabalho e pela depreciação social da profissão, os dados apresentados acima demonstram que o perfil feminino da área já era muito expressivo para o modelo vigente no país antes dos anos 60, e que a profissão estratificou-se logo na sua origem.

Tabela 3
Expansão do Número de Cursos e do Corpo Docente de
Ciências Sociais — Brasil — 1948/1986

Ano	N.º Cursos	Corpo Docente		
		Total	Masculino	% Fem.
1948	7	75	64	15%
1949	7	78	72	8%
1950	8	96	91	5%
1951	9	128	116	9%
1952	11	144	132	8%
1953	12	135	115	15%
1954	14	181	161	11%
1955	20	231	203	12%
1956	19	238	212	11%
1960	31	364	318	13%
1961	35	391	329	16%
1962	41	497	413	17%
1963	48	574	432	25%
1968	60	977	712	27%
1971	65	1.168	782	33%
1973		1.216	727	40%
1974	75	1.324		
1975	76	1.340		
1978	70			
1979	69			
1980	69			
1983	71			
1985	70			
1986	69			

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Ministério da Educação. Para os primeiros anos os dados foram retirados da publicação periódica *Ensino no Brasil*. Os demais foram extraídos da série *Sinopse do Ensino Superior*. A partir de 1973 essas sinopses não apresentam o corte por sexo no corpo docente, e a partir de 1975 os dados limitam-se à expansão dos cursos e do corpo discente.

A feminização da profissão não pode responder por nenhum desses dois fenômenos, nem pela depreciação social, nem pela segmentação da profissão. O mercado de trabalho dos sociólogos nos Estados Unidos,

em particular o do meio acadêmico, já era segmentado mesmo antes da participação feminina aumentar. A segmentação do mercado acabou atuando como uma barreira para o ingresso das mulheres na atividade docente

superior.¹¹ Vale notar que lá essa barreira tem sido ultrapassada mais lentamente do que no Brasil.

Se a inclusão das normalistas no curso da USP foi uma estratégia de sobrevivência para as Ciências Sociais, de uma perspectiva profissional o resultado foi bem mais amplo. Ela representou um diferencial positivo para a participação feminina no mercado de trabalho. A proporção de mulheres ocupando posições no meio acadêmico brasileiro é superior à americana. Nos Estados Unidos, a procura feminina pelos cursos de Sociologia foi se ampliando conforme os homens foram perdendo interesse pela área.¹² Lá, alunas representaram, na década de 80, a manutenção de uma demanda que vinha caindo acentuadamente. Em ambas as situações, no Brasil ou nos Estados Unidos, a presença feminina na profissão tem muito pouco de invasão ou depreciação. As evidências são de que as mulheres ocuparam espaços vagos, devido ao desinteresse masculino pela profissão. Nas atividades profissionais onde os homens continuam tendo interesse, como é o caso do meio acadêmico, o ingresso feminino tem de enfrentar a barreira da segmentação.

No final da década de 80, nos 64 departamentos de Ciências Sociais *stricto sensu* (Ciências Sociais, Sociologia, Ciência Política e Antropologia) existentes no Brasil, havia 1644 docentes.¹³ Isto representava cerca de 4,5% do estoque de profissionais aptos para o mercado de trabalho. Em 1985, o estoque de profissionais de nível superior formados em Ciências Sociais já era da ordem de 36.500 em todo o Brasil. Se o curso sobreviveu e se expandiu em diversos estabelecimentos de ensino no país nesses 50 anos, é preciso repensar esta imagem de que ele é voltado para a sua auto-reprodução. Tal pode ser a identidade de um dos segmentos da profissão, os docentes superiores, que ao difundirem a imagem com que se identificam, encontram ressonância no corpo discente. Mas isto, por si só, não foi o fator que deu corpo à profissão ao tempo em que tinha 25% de seus formados trabalhando no meio acadêmico, nem é o que a sustenta hoje.

Um contingente superior a 4,5% dos formados precisa encontrar o que fazer para que a profissão exista e se segmente. As posições que eles encontram vão compor o quadro da competição intra e interprofissional. Uma profissão não se resume à identidade de um de seus segmentos. Ela é resultado das interações que se estabelecem no mercado de trabalho, dos espaços que se disputam, se conquistam e se perdem. É na dimensão da história da profissão que podemos detectar como ela vem se desenvolvendo, para diagnosticar suas vitórias e suas derrotas.

O cenário da profissão, se visto historicamente desde a sua origem no país, apresenta uma trajetória em que se mesclam perdas e ganhos de posições e atividades no mercado de trabalho. Sob o prisma da competição interprofissional, as Ciências Sociais têm, simultaneamente, perdido alguns campos e conquistado outros. Interagindo no sistema profissional de uma posição mais fraca diante de outras profissões, a maior parte dos movimentos que faz decorre das possibilidades advindas de suas interações nos contextos de mudança. Como já disse, desde o início da constituição do campo os cientistas sociais foram redefinindo seus objetivos e escopo condicionados pelas disputas que tinham de enfrentar ou pelo surgimento de novas oportunidades.

Vale notar que fatores vinculados ao avanço tecnológico possibilitaram a expansão do campo de atuação da ELSA. O surgimento, por exemplo, do rádio e da propaganda abriu-lhe o campo da pesquisa de mercado no Brasil. A primeira rádio inaugurada no país data de 1927. É a Rádio Educativa, que depois transformou-se na Rádio Tamoio. Neste ano, a Divisão de Publicidade da General Motors no Brasil, considerada a primeira "escola" de propaganda no país, contava com 27 profissionais.

A primeira pesquisa de mercado realizada no país data de 1934.¹⁴ Foi feita pela N.W. Ayer-Son e era uma encomenda do Departamento Nacional do Café. Foram realizadas entrevistas pessoais com 12 mil consumidores e 3 mil torradores e revendedo-

res em 18 estados. Esta pesquisa pioneira foi dirigida por dois ex-funcionários da General Motors que haviam ido para a Ayer e que fizeram carreira na propaganda brasileira: Francisco Teixeira Orlandi (na época, gerente na Ayer) e Charles Dulley (contato).

O segundo registro de pesquisa de mercado no Brasil vem da área acadêmica da Psicologia. Foi realizada entre 1937 e 1939 pela psicóloga Aniela Ginsberg. Trata-se de um estudo sobre a memorização de anúncios de diversos tamanhos, com ou sem ilustração, publicados no jornal *O Estado de São Paulo*. Ao contrário da Sociologia, que teve o curso superior criado antes de sua participação neste mercado de trabalho, a Psicologia chega à área bem antes da estruturação do seu bacharelado e licenciatura no país, ocorrida em 1962.

Em 1942 o IBOPE é fundado por Auricélio Penteado, que além de desempenhar as atividades de promotor da Justiça Militar, fazia programas de rádio em São Paulo e queria conhecer o perfil de sua audiência. O IBOPE cresce rapidamente nos anos 40. É nessa década também que se registra o ingresso do primeiro profissional formado na ELSP na área de pesquisa de mercado e opinião.

“Aluno da turma de 1938 da ELSP, (Octávio da) Costa Eduardo foi apresentado, em 1940, por seu professor Donald Pierson a Lloyd Free, editor do *Public Opinion Quarterly*, professor em Princeton e amigo íntimo de Nelson Rockefeller. Lloyd Free andava na ocasião visitando vários países onde, financiado por Rockefeller, organizava sondagens para apurar a imagem dos Estados Unidos e recolher opiniões acerca de seu envolvimento previsível na Segunda Guerra Mundial.

Free convida Costa Eduardo a montar uma equipe de entrevistadores para percorrer o país aplicando questionários. Dessa convivência Costa Eduardo retirou uma amizade que lhe foi útil quando, graças a Donald Pierson, lhe foi aberta a oportunidade para estudar Antropologia e Psicologia Social nos Estados Unidos. Lá estudou Psicologia Social e Antropologia Cultural com Angus Campbell, da Universidade de Northwestern e colaborador de Paul Lazarsfeld.

Voltando ao Brasil em 1945, Costa Eduardo tornou-se professor da escola onde se formara. Nessa função em contato com alunos, ajudou a viabilizar outros projetos trazidos dos Estados Unidos e a treinar vários pesquisadores” (Durand, s/d).

Ao mesmo tempo que as Ciências Sociais começam a conquistar espaço neste mercado, na década de 40, elas também experimentam a competição pelo outro lado: pelo aumento da disputa nas áreas em que a ELSP e a FFCL atuavam. A nova competição que muda a morfologia do sistema profissional se concretiza nas leis criadas então. Em 1940, a legislação federal do ensino superior dispõe sobre a organização de cursos da Administração. Em 1941, sobre a realização simultânea de cursos nas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1943, a legislação institui o curso de Jornalismo no ensino superior e, em 1945, dispõe sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais.

Se a regulamentação desses cursos já não é, em si mesma, decorrente da existência de diferentes interesses em disputa, a sua criação passa a gerá-los, espelhando uma correlação de forças que é favorável a um lado, em detrimento de outro. As atividades que as Ciências Sociais se propunham a atender no campo da Administração privada e do Jornalismo começam a ter competidores com direitos legais de atuar na área.

A pesquisa de mercado, entretanto, parece garantir alguma força à Sociologia. Afinal, em 1946, cria-se uma legislação federal fixando o currículo mínimo para os cursos de Sociologia e Política e obtém-se o reconhecimento legal da ELSP, depois de 13 anos de sua criação. Neste mesmo ano, porém, o governo federal legisla novamente sobre o curso de Jornalismo, estabelecendo as bases de sua organização, além de autorizar os cursos da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP. Novamente, as Ciências Sociais brasileiras ganham de um lado mas perdem de outro. O que a pesquisa de mercado traz de perspectiva de expansão de áreas de trabalho é contrabalançado pelo surgimento de competidores no ensi-

no superior, com a criação dos cursos de Jornalismo e de Economia.

Em 1952 começou a funcionar no Museu de Arte de São Paulo — MASP a primeira Escola de Propaganda do Brasil. O projeto de criação da escola foi coordenado por Rodolfo Lima Martensen, presidente da Lintas, que havia começado sua carreira na empresa como redator e radialista, em 1937. As disciplinas do curso eram Psicologia, Elementos de Propaganda, Técnica de Esboço (*Layout*), Arte-final, Produção e Artes Gráficas, Redação, Rádio-Cinema-TV, Mídia, Estatística, Pesquisa de Mercado e Promoção de Vendas. Entre 1958 e 1968, Costa Eduardo lecionou nesta escola. Até este ano ela foi a única escola de Propaganda no país.

O resumo que Durand faz da implantação e do desenvolvimento da pesquisa de opinião e mercado no Brasil relaciona a área com incentivos oriundos dos avanços tecnológicos de cada época, o que já dá uma dimensão do peso secundário das Ciências Sociais no sistema profissional. A pesquisa de opinião e mercado é implantada a partir do advento do rádio e se consolida no país com a hegemonia da TV, na década de 70. Neste setor específico, junto com a hegemonia da TV, veio a da Comunicação e da Propaganda e Marketing.

A absorção de cientistas sociais no segmento pode ser ilustrada pela proporção de sociólogos filiados à Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado. Esta associação conta com sócios provenientes de diversos cursos superiores, sendo que as Ciências Sociais contribuem com a maior cota (27%). Depois dela, em ordem decrescente, vêm os formados em Administração, os que não possuem curso superior, os graduados em Psicologia, Propaganda e Marketing, Comunicações, Economia e Estatística/Matemática.¹⁵ Mas a força que as atividades de criação têm no campo estabeleceu os freios e os limites do setor de pesquisa. Os conflitos entre os departamentos de pesquisa e os de criação marcaram a trajetória de desenvolvimento da Propaganda. A correlação de forças no

sistema profissional se manifesta nas disputas concretas no mercado de trabalho.¹⁶

Outra fronteira de disputa das Ciências Sociais foi com os cursos de Administração. A formação de administradores competentes para o setor privado passou a ser exercida por estes cursos. Embora a ELSP tivesse introduzido tal objetivo no seu estatuto, ela só o preservou enquanto não apareceu um novo concorrente. Além do curso de Administração e Economia da USP, a Escola de Administração de Empresas da FGV, que já tinha sede no Rio, instala-se também em São Paulo em 1954.

No final da década de 60, além das perdas que as Ciências Sociais sofrem com as cassações de professores, a ELSP perde campo para a FGV, que cria o curso de Administração Pública. Possuir o diploma de Sociologia e Política até então contava pontos nos currículos dos profissionais que pretendiam se submeter a concursos públicos em diferentes carreiras como, por exemplo, a de juiz. Nos anos 70, a formação superior para a profissionalização na administração pública deslocou-se para o curso da FGV, o que contribuiu para esvaziar o projeto da ELSP.

Embora as Ciências Sociais sofram derrotas expressivas frente à Administração, elas conquistam terreno em outras áreas fronteiriças que surgem como novidades introduzidas por mudanças sociais ou pelo desenvolvimento tecnológico, com destaque para a importância do setor público como mercado de trabalho para a profissão. O ingresso de profissionais nas novas atividades tem seguido um padrão semelhante. Ao mesmo tempo que há um espaço a ser ocupado no sistema das profissões, há profissionais participando da construção e da disputa pelo novo campo. Esta foi a origem da profissão, como também da sua expansão para a pesquisa de mercado, para o planejamento urbano, para as diversas áreas das políticas públicas e, recentemente, para a ecologia.

No planejamento urbano, por exemplo, as Ciências Sociais entram no campo numa posição de disputar atividades junto à Geo-

grafia e à Arquitetura e Urbanismo, que também travam uma disputa com a Engenharia. Essa situação é oposta à que ela viveu com a Administração. Aqui, as Ciências Sociais competem para abocanhar uma fatia desse novo mercado da década de 50.

A Arquitetura torna-se objeto de legislação federal nos anos 40. Os cursos superiores começam a obter reconhecimento legal a partir de 1944. Em 1946, o governo dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor. Também neste ano, cria-se um decreto transferindo cadeiras da Escola Nacional de Belas-Artes para a Faculdade Nacional de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. A FAU-USP é criada em 1948. Até então, o campo do urbano era afeto à Engenharia e à Geografia.

O planejamento urbano ganha forte impulso na década de 50, estimulado por uma política governamental desenvolvimentista, simbolizada pela construção de Brasília. O estímulo à profissão que vem de fora do sistema profissional altera a sua posição nele. A procura pelos cursos superiores da área se expande significativamente. A posição da Arquitetura diante do enfoque normativo da Engenharia se diferencia. O planejamento urbano conquista um espaço que até então era exclusivo da Engenharia.

A Geografia e a Sociologia são aliadas da Arquitetura na priorização da questão urbana, em lugar da ênfase no desenho e na construção de obras. É uma aliança dos mais fracos na disputa com a Engenharia. O segmento do planejamento urbano conta principalmente com profissionais oriundos da Arquitetura, da Geografia, da Sociologia e da Economia.

A Sociologia entra na área por uma brecha nos paradigmas da Arquitetura em relação ao problema urbano, no ponto em que eles não conseguem constituir uma alternativa ao enfoque que priorizava a obra de arte e a construção de prédios. É este espaço que os sociólogos visualizam para recortar o objeto de acordo com sua formação. Eles trazem a vertente que estuda a história da so-

cidade e do Estado procurando identificar o processo que produz a cidade, em vez de conceber a cidade como um conjunto de edifícios. É a vertente “dos processos” em oposição à vertente “das obras”.

Seguindo a construção de Brasília, o país vive um processo interno de urbanização, que aumenta ainda mais durante o período do “milagre econômico” e se estende até 1978. O campo se constituiu rapidamente e representou uma alternativa profissional muito cobiçada pelos sociólogos que estavam começando carreira na época dos “planos diretores”, feitos para as prefeituras e os governos estaduais interessados num plano de ação para as suas respectivas gestões.¹⁷

Em cada um dos segmentos em que os profissionais começam a expandir a participação das Ciências Sociais o padrão encontrado é semelhante a este. Há uma confluência entre o aparecimento do espaço no sistema profissional e a presença de cientistas sociais na disputa e configuração do campo junto com outros competidores. O surgimento desse espaço no sistema profissional origina-se, muitas vezes, de um impulso externo gerado tanto pelo desenvolvimento econômico e tecnológico quanto pela implementação de políticas governamentais. Foi assim na pesquisa de mercado, no planejamento urbano e, agora, nas questões do meio ambiente.

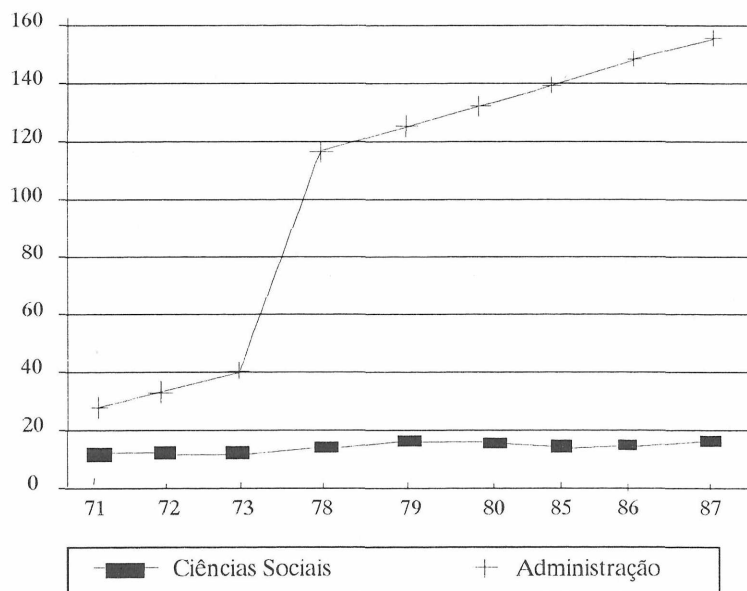
O mesmo padrão é identificado no setor público e no setor privado. Neste último, a redemocratização do país atuou para expandir a profissão em áreas que haviam ficado tolhidas, mesmo no *boom* do milagre econômico. Além da proliferação do mercado das pesquisas eleitorais, os anos 80 vão ver o surgimento de departamentos de desenvolvimento social em algumas empresas privadas de grande porte e a profissionalização das atividades de assessoria a movimentos sociais, sindicatos e associações. A redemocratização também aguçou as disputas com os profissionais de Serviço Social, principalmente nos órgãos governamentais que trabalham com intervenção social. Há hoje um espaço maior para a ação, que aumenta a transpa-

rência das competições interprofissionais nessa área de fronteira.

Embora as Ciências Sociais tenham sofrido derrotas para a Administração, as Comunicações e a Propaganda e Marketing, que ganham uma expressão ainda maior em função do crescimento vertiginoso no contingente de candidatos que passam a ser atraídos para tais profissões a partir da segunda metade anos 70 (ver Gráficos 1 e 2), as Ciências Sociais também se expandiram numericamente no decorrer dos 60 anos de sua história no Brasil. A atividade docente, tanto superior quanto de 2.º grau, ampliou-se com

a expansão do sistema educacional brasileiro. Além do crescimento no número de cursos de graduação em Ciências Sociais, desenvolveram-se os programas de ensino de pós-graduação e as atividades de pesquisa acadêmica (Arruda, 1990). No final dos anos 60 e nos anos 70, surgem centros de pesquisa fora da universidade, como o CEBRAP.¹⁸ Nos anos 80, os núcleos e laboratórios de pesquisa voltam a se expandir no interior do sistema universitário. Essas instituições, contudo, absorvem uma parcela muito pequena de pesquisadores, geralmente vinculados à estrutura universitária como docentes ou como alunos.

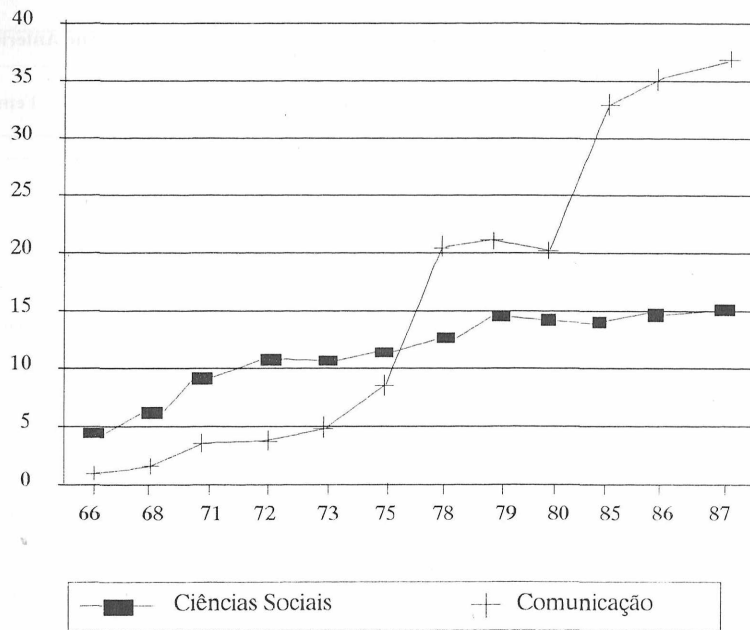
Gráfico 1
Evolução das Matrículas de Graduação em Ciências Sociais e Administração — Brasil — 1971/1987



Foi no meio acadêmico que as Ciências Sociais conseguiram preservar sua área de atuação intacta, mantendo o domínio do mercado. A expansão do sistema de ensino superior durante os anos 70 conteve parte das perdas na competição com outras

profissões. Isto acabou gerando a impressão equivocada de que a profissão é voltada para a reprodução do seu corpo docente. Mas é impossível ignorar as profundas mudanças na morfologia do sistema profissional na última década.

Gráfico 2
Evolução das Matrículas de Graduação em Ciências Sociais e
Comunicação — Brasil — 1966/1987



Enquanto a expansão das Ciências Sociais estagnou nos anos 80, cursos “tradicionais” como o de Direito ou “modernos” como o de Administração, de Comunicação e de Economia continuam vivendo intenso desenvolvimento (ver Tabelas 4, 5 e 6).

A fraqueza das Ciências Sociais se manifesta nas suas perdas de domínio sobre campos de atuação em disputa. Ela perdeu para os cursos de Administração o objetivo de formar técnicos competentes para o setor privado e o público. Perdeu para os cursos de Comunicação a jurisdição da área para atuar e formar profissionais para a imprensa. Com as dificuldades institucionais vivenciadas pela ELPS, o projeto de Donald Pierson de ensinar a pesquisar e diagnosticar a reali-

dade nacional também sofreu grandes perdas. Parte do espaço que essa escola conquistara — o da formação de pesquisadores de mercado — ficou desocupado. Até a década de 70, a ELSP continuou preparando profissionais para atuar nesta área, mas nos anos 80 seus titulados já tinham um outro perfil. Do ponto de vista institucional das Ciências Sociais, o segmento ficou mais a descoberto, sujeito a ser disputado e até monopolizado por quem se proponha a dar conta da atividade. Os cursos de Propaganda e Marketing estão entre os candidatos que têm interesse no setor, como já exemplificava, em 1952, o currículo da Escola Superior de Propaganda e Marketing, apresentado acima.

Tabela 4
Expansão do Corpo Discente nos Cursos
de Administração — Brasil — 1948/1987

Ano	N.º Cursos	Matrículas			Conclusões Ano Anterior		
		Total	Masculino	Fem. (%)	Total	Masculino	Fem. (%)
1948		25	25	0%	25	25	0%
1954	4						
1955	4	291	252	13.40%	12	10	16.66%
1956	4	605	546	9.75%	29	23	20.69%
1957		771					
1958	6	779	720	7.57%	97	77	20.61%
1959	6	848	775	8.61%	48	38	20.83%
1960	9	904	818	9.51%	141	123	12.76%
1961	10	1.073	940	12.40%	130	119	8.46%
1962	9	1.077			123	112	8.94%
1963	13	1.719		17.57%	188	170	9.57%
1964	18	2.558	2.137	16.46%			
1980	251	134.742			21.746		
1982	264	134.889			21.828		
1986	261	147.271			19.650		
1987	270	153.978			20.206		

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Ministério da Educação.

Tabela 5
Expansão do Corpo Discente nos Cursos
de Comunicação Social (Jornalismo)
— Brasil — 1948/1987

Ano	Matrículas			Conclusões Ano Anterior		
	Total	Masculino	Fem. (%)	Total	Masculino	Fem. (%)
1948	354	295	17%			
1949	461	382	17%	15		
1950	643	523	19%	133	101	24%
1951	500	373	25%	81	68	16%
1952	400	299	25%	166	130	22%
1953	356	238	33%	41	28	32%
1954	354	223	37%	113	78	31%
1955	324	185	43%	69	35	49%
1956	322	189	41%	76	36	53%
1959	466	266	43%	65	38	42%
1960	490	268	45%	92	54	41%
1961	517	287	44%	96	58	40%
1962	689			87	41	53%
1964	772	388	50%	110	50	55%
1966	1.316	611	54%	224	97	57%
1968	1.742	780	55%	272		
1971	3.410	1.715	49,5%	603	224	63%
1972	3.462	1.360	61%	409	146	64%
1973	4.855	1.770	64%	555		
1975	8.325			900		
1978	20.649			2.906		
1979	20.776			3.047		
1980	20.543			3.305		
1983						
1985	32.950			5.174		
1986	35.365			5.029		
1987	36.958			5.175	2.720	60%

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Ministério da Educação.

Tabela 6
Expansão do Corpo Discente nos Cursos
de Economia — Brasil — 1948/1987

Ano	Matrículas			Conclusões Ano Anterior		
	Total	Masculino	Fem. (%)	Total	Masculino	Fem. (%)
1948	1.760	1.683	4%			
1949	2.295	2.185	5%	392	372	5%
1950	2.461	2.335	5%	471	447	5%
1951	2.440	2.327	5%	475	462	3%
1952	2.523	2.381	6%	524	501	4%
1953	2.721	2.548	6%	503	469	7%
1954	3.083	2.895	6%	509	482	5%
1955	3.551	3.348	6%	544	514	6%
1956	4.076	3.843	6%	607	574	5%
1959	5.475	5.157	6%	787	738	6%
1960	5.981	5.620	6%	817	773	5%
1961	6.911	6.492	6%	735	671	9%
1962	8.131			832	825	6%
1964	9.028	8.359	7%	1.250	1.155	8%
1966	13.847	12.651	9%	1.948	1.789	8%
1968	16.961	15.377	9%	2.497		
1971	21.175	18.416	13%	4.298	3.744	13%
1972	21.417	17.789	17%	4.966	4.385	12%
1973	26.862	22.043	18%	6.428		
1975	35.269			6.346		
1978	54.120			7.407		
1979	59.541			8.177		
1980	62.012			9.501		
1983						
1985	64.863			8.066		
1986	64.099			7.817		
1987	67.152					

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Ministério da Educação.

Ser uma profissão fraca não é uma característica apenas das Ciências Sociais. A grande maioria das profissões está em condições parecidas. Ser forte é que é uma exclusividade de poucos (ver Gráficos 3 e 4). No caso das profissões de nível superior, pode-se dizer que só o Direito e a Medicina estão realmente nesta posição (ver Tabelas 7 e 8). Nem as engenharias, incluídas entre as

profissões tradicionais, possuem os instrumentos de controle de mercado que possuem as duas anteriores.

O fato de a força ser uma característica de pouquíssimas profissões significa que há, para as demais, oportunidades de interagir no sistema profissional, conquistando e perdendo espaços nas competições que o movimentam.

Gráfico 3
Estoque Profissional. Profissões Semelhantes às Ciências Sociais — Brasil — 1985

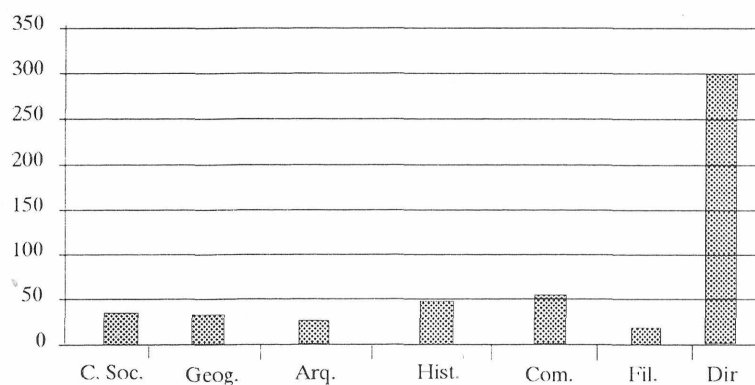


Gráfico 4
Estoque Profissional. Profissões Contrastantes com as Ciências Sociais — Brasil — 1985

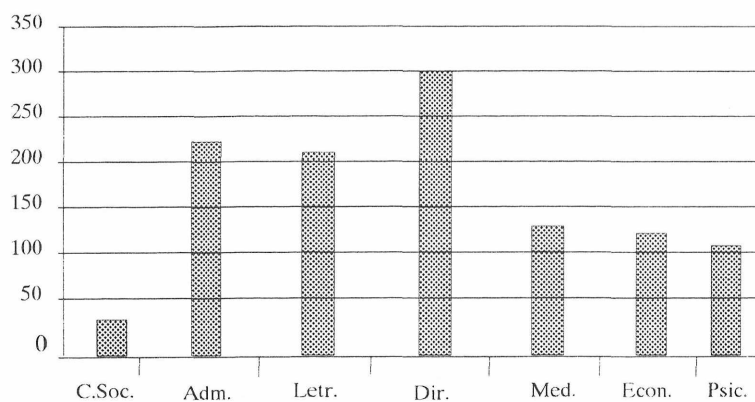


Tabela 7
Expansão do Corpo Discente nos Cursos de Direito
— Brasil — 1948/1987

Ano	Matrículas			Conclusões Ano Anterior		
	Total	Masculino	Fem. (%)	Total	Masculino	Fem. (%)
1948	8.434	7.809	7%	947	888	6%
1949	9.463	8.541	10%	1.260	1.187	6%
1950	11.055	10.111	9%	1.300	1.195	8%
1951	12.891	11.793	9%	1.620	1.511	7%
1952	14.599	13.249	9%	1.883	1.707	9%
1953	16.264	14.650	10%	1.946	1.776	9%
1954	18.908	16.901	11%	2.733	2.485	9%
1955	19.676	17.398	12%	2.779	2.512	10%
1956	20.235	17.835	12%	2.619	2.336	11%
1959	21.977	18.982	14%	3.340	2.942	12%
1960	23.293	19.981	14%	3.562	3.075	14%
1961	23.519	19.940	15%	3.274	2.899	11%
1962	26.140			3.509	3.013	14%
1964	28.020	23.179	17%	3.817	3.270	14%
1966	36.363	28.862	21%	4.488	3.715	17%
1968	52.856	41.051	22%	5.377		
1971	76.906	57.650	25%	8.959	7.016	22%
1972	78.340	57.386	27%	9.878	7.453	25%
1973	79.621	57.059	28%	12.214		
1975	89.594			15.942		
1978	127.221			16.014		
1979	131.440			17.541		
1980	135.026			20.599		
1983						
1985	132.373			20.094		
1986	141.187			21.743		
1987	144.043			22.040		

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura, Ministério da Educação.

Tabela 8
Expansão do Corpo Discente nos Cursos de Medicina
— Brasil — 1948/1987

Ano	Matrículas			Conclusões Ano Anterior		
	Total	Masculino	Fem. (%)	Total	Masculino	Fem. (%)
1948	7.232	6.557	9%	978	912	7%
1949	8.257	7.490	9%	1.142	1.044	9%
1950	8.529	7.710	10%	1.070	973	9%
1951	9.015	8.093	10%	1.129	1.043	8%
1952	9.171	8.156	11%	1.241	1.124	9%
1953	9.787	8.712	11%	1.307	1.184	9%
1954	9.892	8.721	12%	1.390	1.200	14%
1955	9.894	8.737	12%	1.449	1.313	9%
1956	10.291	9.058	12%	1.390	1.217	12%
1959	10.248	9.049	12%	1.578	1.378	13%
1960	10.316	9.129	12%	1.491	1.319	12%
1961	10.365	9.114	12%	1.528	1.343	12%
1962	10.838			1.760	1.529	13%
1964	12.067	10.582	12%	1.556	1.367	12%
1966	17.152	14.341	16%	1.755	1.562	11%
1968	25.226	20.423	19%	2.053		
1971	30.990	23.611	24%	4.270	3.413	20%
1972	33.097	24.853	25%	3.721	2.925	21%
1973	35.357	25.514	28%	5.301		
1975	47.416			7.722		
1978	50.572			8.945		
1979	49.172			9.300		
1980	49.464			9.199		
1983						
1985	48.231			7.443		
1986	47.756			7.536		
1987	47.950			6.759	3.935	42%

Fonte: Sinopse Estatística do Ensino Superior — SEEC/MEC

*(Recebido para publicação
em dezembro de 1993)*

Notas

1. A noção de competição interprofissional e intraprofissional como dando corpo ao sistema das profissões foi extraída de Abbott (1988).
2. Esta periodização do desenvolvimento dos estudos sobre profissões foi extraída de Abbott (1988, pp. 1-31).
3. Ver Brint (1993).
4. A estruturação desse corpo teórico seguiu o caminho de dicotomizar as perspectivas internas e externas ou as micros e macros. É com o modelo analítico de Abbott, em 1988, que estas duas dimensões se integram. Esta é a principal contribuição do autor, embora ele centre seu estudo nas disputas jurisdicionais entre as profissões. Com isto, ele fortalece aquele olhar preocupado com o credenciamento que caracterizou o funcionalismo e perde o fazer cotidiano da profissão por seus membros. A dimensão histórica, em Abbott, limita-se à análise do sistema legal, em detrimento da vivência dos grupos que, na prática, construíram seus campos profissionais.
5. A forma como Collins aborda a questão quebra com uma visão polarizada entre a Sociologia das Profissões e a Sociologia da Ciência.
6. A referência completa da tese encontra-se na nota de abertura deste artigo.
7. A bibliografia sobre interacionismo simbólico e identidade profissional tomada como referência baseou-se em Becker (1986), Strauss (1959) e Blumer (1969).
8. Ver análise sobre mercados das Ciências Sociais nos anos 30/40 em Miceli (1987).
9. Ver Schwartzman (1987). Fernanda Massi (1989) também aponta essa diferença na influência americana e francesa na origem das duas escolas.
10. Ver Schwarcz (1992) e Vianna (1988).
11. O conceito de segmentação foi extraído de Stinchcombe (1986, pp. 86-9). A idéia baseia-se na capacidade dos professores universitários de controlar corporativamente o recrutamento na profissão. Esse controle exclui os iniciantes na carreira. Estes são treinados para essas posições. Só os contratados estão aptos a “vender educação universitária”. Há um monopólio que permite aos professores receberem um salário superior ao que poderia ser pago a outras pessoas para fazer esse trabalho. Mas não há monopólio entre os iniciantes. A segmentação vem do monopólio dos iniciados na seleção dos novos candidatos entre os jovens que recebem o treinamento.
12. O declínio na procura masculina pelos cursos de Ciências Sociais nos Estados Unidos pode ser visualizado nestes dados: em 1970/71 eles eram 98.090 bacharéis num universo de 155.236; em 1987/88 eles haviam caído para 56.297 num total de 100.270 titulações. Ver Bonelli (1993a).
13. Tabulação especial fornecida pela Secretaria de Estatística da Educação e Cultura — SEEC/MEC para o ano de 1987.
14. As informações sobre a origem da pesquisa de mercado no Brasil registradas aqui resumem a reconstituição histórica feita no livro *História da Propaganda no Brasil*, organizado por Castello Branco (1990). Ver especialmente o artigo de Octávio Costa Eduardo, “O Desenvolvimento da Pesquisa de Propaganda no Brasil”. No livro há informações divergentes sobre qual teria sido a primeira pesquisa realizada no país. Optei por reproduzir os dados apresentados no artigo de Costa Eduardo. Sobre pesquisa de opinião e mercado, ver Durand (s/d).
15. Na minha tese de doutoramento há uma análise do perfil dos sócios da Sociedade Brasileira de Pesquisa de Mercado e da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo.

16. Há dois artigos escritos por profissionais da área de pesquisa onde se relatam experiências pessoais, se descreve o funcionamento do setor e se reconstitui a história da pesquisa de opinião e de mercado. Ambos os textos fazem comentários sobre o conflito entre a área de pesquisa e a de criação. Ver Costa Eduardo (1990) e Aldrighi (1985).
17. A principal fonte que utilizei para fazer este breve apanhado sobre o surgimento do planejamento urbano no Brasil foi uma entrevista com um profissional da área de Arquitetura com longa experiência na docência universitária, utilizada na minha tese como ilustrativa das posições de fronteira profissional.
18. Sobre os centros de pesquisa ver Sorj (1985 e 1992).

Bibliografia

- Abbott, Andrew
 1981 "Status and Status Strain in the Professions". *The American Journal of Sociology*, vol. 86, maio, pp. 819-35.
 1988 *The System of Professions: An Essay on the Division of Expert Labor*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Aldrighi, Vera
 1985 "Eficiência Publicitária e Pesquisa de Comunicação". In Julio Ribeiro (org.) *Tudo o que Você Queria Saber sobre Propaganda e Ninguém Teve Paciência para Explicar*, São Paulo, Atlas.
- Araújo, Braz J. (org.)
 1980 *A Crise da USP*. São Paulo, Brasiliense.
- Arruda, Maria Arminda N.
 1990 O Sistema de Pós-Graduação no Brasil: Um Balanço. São Paulo, Idesp, mimeo.
- Azevedo, Fernando
 1958 *A Cultura Brasileira*. São Paulo, Melhoramentos.
- Azevedo, Fernando (org.)
 1956 *As Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Melhoramentos.
- Becker, Howard
 1969 *Sociological Work: Method and Substance*. New Brunswick, Transaction Books.
 1982 *Art Worlds*. Berkeley, University of California Press.
 1986 *Doing Things Together. Selected Papers*. Evanston, Northwestern University Press.
- Ben-David, J.
 1963 "Professions in the Class System of Present Day Societies". *Current Sociology*, n. 12, pp. 247-98.
- Blumer, Herbert
 1969 *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. Berkeley. University of California Press.
- Bonelli, Maria da Gloria
 1993a "Os Sociólogos nos Estados Unidos". *Ciências Sociais, Hoje*, São Paulo, Anpocs/Hucitec.
 1993b Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais: As Ciências Sociais no Sistema das Profissões. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.

- Bourdieu, Pierre
 1975 "The Specificity of the Scientific Field and the Social Conditions of the Progress of Reason". *Social Science Information*, vol. 14, n. 6, pp. 19-47.
- 1988a *Homo Academicus*. Califórnia, Stanford University Press.
- 1988b "Vive la Crise! For Heterodoxy in Social Science". *Theory and Society*, n. 17, pp. 773-87.
- 1991a "The Peculiar History of Scientific Reason". *Sociological Forum*, vol. 6, n. 1, pp. 3-26.
- 1991b "On the Possibility of a Field of World Sociology", in P. Bourdieu e J.S. Coleman (eds.), *Social Theory for a Changing Society*. Boulder/Colorado, Westview Press/Russell Sage Foundation.
- Bourdieu, Pierre e Coleman, James S. (eds.)
 1991 *Social Theory for a Changing Society*. Boulder/Colorado, Westview Press/Russell Sage Foundation.
- Bourdieu, Pierre e Passeron, J.C.
 1967 "Sociology and Philosophy in France since 1945: Death and Resurrection of a Philosophy without Subject". *Social Research*, vol. 34, spring, pp. 162-212.
- Bourdieu, Pierre e Wacquant, L.J.D.
 1992 *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Brint, Steven
 1993 "Eliot Freidson's Contribution to the Sociology of Professions". *Work and Occupations*, vol. 20, n. 3, agosto.
- Burrage, Michael e Torstendahl, Rolf (eds.)
 1990 *Professions in Theory and History: Rethinking the Study of the Professions*. Londres, Sage Publications.
- Buscher, Rue e Strauss, Anselm
 1961 "Professions in Process". *The American Journal of Sociology*, vol. 66, n. 4, pp. 325-34.
- Carr-Saunders, A. P. e Wilson, P.A.
 1933 *The Professions*. Oxford, Oxford University Press.
- Castello Branco, Renato (org.)
 1990 *História da Propaganda no Brasil*. São Paulo. Ibraco/T.A. Queiroz Ed.
- Collins, Randall
 1979 *The Credential Society*. New York, Academic Press.
- 1989 "Sociology: Proscience or Antiscience?" *American Sociological Review*, vol. 54, fevereiro, pp. 124-39.
- 1990a "Changing Conceptions in the Sociology of the Professions". In Rolf Torstendahl e Michael Burrage (eds.), *The Formation of Professions: Knowledge, State and Strategy*, Londres, Sage Publications.
- 1990b "Market Closure and the Conflict Theory of the Professions". In Michael Burrage e Rolf Torstendahl (eds.), *Professions in Theory and History: Rethinking the Study of the Professions*, Londres, Sage Publications.
- Costa Eduardo, Octávio
 1990 "O Desenvolvimento da Pesquisa de Propaganda no Brasil". In Renato Castello Branco (org.), *História da Propaganda no Brasil*, São Paulo, Ibraco/T.A. Queiroz, pp. 98-112.
- Durand, José Carlos
 s/d "Implantação da Pesquisa de Opinião e Mercado no Brasil (1930/1972)". *Textos Didáticos*, São Paulo, FGV/NPP, n. 9, mimeo.

- Figueira, Sérvulo A.
1980 *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- Freidson, Eliot
1970 *Profession of Medicine: A Study of the Sociology of Applied Knowledge*. Chicago, The University of Chicago Press.
1986 *Professional Powers*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Freidson, Eliot (org.)
1971 *The Professions and their Prospects*. Beverly Hills, Sage Publications.
- Gella, Aleksander (ed.)
1976 *The Intelligentsia and the Intellectuals: Theory, Method and Case Study*. Beverly Hills, Sage Publications/International Sociological Association.
- Heilborn, Johan
1991 "The Tripartite Division of French Social Science: A Long-Term Perspective". In Peter Wagner et al., *Discourses on Society*, Netherlands, Kluwer Academic Publisher.
- Hughes, Everett
1984 *The Sociological Eye: Selected Papers*. New Brunswick, Transaction Books.
- Ianni, Octávio
1990 "A Crise de Paradigmas na Sociologia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Vértice/Anpocs, n. 13.
- Johnson, T. J.
1972 *Professions and Power*. Londres, MacMillan.
- Joyce, Patrick
1987 *The Historical Meanings of Work*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Kotschinig, W.M.
1937 *Unemployment in the Learned Professions*. Londres, Oxford University Press.
- Larson, Magali S.
1977 *The Rise of Professionalism: A Sociological Analysis*. Berkeley, University of California Press.
- Limongi, Fernando
1988 Educadores e Empresários Culturais na Construção da USP. Tese de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
1989 "A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo". In Sergio Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1, São Paulo, Idesp/Vértice/Finep.
- MacDonald, K. e Ritzer, G.
1988 "The Sociology of the Professions: Dead or Alive?", *Work and Occupations*, vol. 15, n. 3, pp. 251-72.
- Massi, Fernanda
1989 "Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930/1960)". In Sergio Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo, Idesp/Vértice/Finep.
- Miceli, Sergio
1987 "Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964)". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 5, vol. 2, outubro.
1990 *A Desilusão Americana: Relações Acadêmicas Brasil/Estados Unidos*. São Paulo, Idesp.

- Miceli, Sergio (org.)
1989 *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1, São Paulo, Idesp/Vértice/Finep.
- Miguel, G.B. e Vasconcellos, J.E.
s/d "Estoque de Profissionais de Nível Superior — Brasil — 1979/85". *Estudos Estatísticos*, Brasília, SEEC/MEC, n. 2.
- Ortiz, Renato
1986 "A Escola de Frankfurt e a Questão da Cultura". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Vértice/Anpocs, n. 1.
- Pahl, R.E. (ed.)
1988 *On Work: Historical, Comparative & Theoretical Approaches*. Oxford/New York, Basil Blackwell.
- Parsons, Talcott
1959 "Some Problems Confronting Sociology as a Profession". *American Sociological Review*, n. 29, pp. 547-59.
1968 "Professions". In D.L. Sills (ed.), *The International Encyclopedia of the Social Sciences*, New York, MacMillan.
- Reitoria da USP
1953 *Legislação Federal do Ensino Superior — 1852/1952*. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Ribeiro, Julio (org.)
1986. *Tudo o que Você Queria Saber sobre Propaganda e Ninguém Teve Paciência para Explicar*. São Paulo, Atlas.
- Sampaio, Helena
1991 *Evolução do Ensino Superior Brasileiro, 1808-1990*. São Paulo, USP/Nupes.
- Santos, Maria Cecília L. (org.)
1988 *Maria Antônia: Uma Rua na Contramão*. São Paulo, Nobel.
- Schwarcz, Lilia
1988 Homens de Ciência e a Ciência dos Homens. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, mimeo.
- Schwartzman, Simon
1987 "A Força do Novo: Por uma Sociologia dos Conhecimentos Modernos no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, n. 5, vol. 2, outubro.
1990 *O Lugar das Ciências Sociais no Brasil nos Anos 90*. São Paulo, USP/Nupes.
1992 *Os Estudantes de Ciências Sociais*. São Paulo, USP/Nupes.
- Serviço de Estatística da Educação e Cultura
1948/86 *Séries Ensino no Brasil e Sinopse do Ensino Superior*. Ministério de Educação.
- Sorj, Bernardo
1985 Intelectuais, Autoritarismo e Política: O Cebrap e as Ciências Sociais no Brasil. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, mimeo.
1992 Estratégias, Crise e Desafios das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo, Idesp, mimeo.
- Stinchcombe, Arthur
1984 "The Origins of Sociology as a Discipline". *Acta Sociologica*, vol. 27, n. 1, pp. 51-56.
1986. *Stratification and Organization: Selected Papers*. Cambridge, Cambridge University Press.
1991 Norms, Generativity, and Agency. Evanston, Northwestern University, mimeo.
- Strauss, Anselm
1959 *Mirrors and Masks: The Search for Identity*. Illinois, The Free Press of Glencoe.

- Torstendahl, Rolf e Burrage, Michael (orgs.)
1990 *The Formation of Professions: Knowledge, State and Strategy*. Londres, Sage Publications.
- Valle Silva, Nelson do
1974 *Posição Social das Ocupações*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo.
- Velho, Gilberto
1987 *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Vianna, Hermano
1988 *O Mundo Funk Carioca*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Vollmer, H. e Mills, D. (eds.)
1966 *Professionalization*. New Jersey, Prentice-Hall.
- Wagner, P. e Wittrock, B.
1991 "States, Institutions and Discourses: A Comparative Perspective on the Structuration of the Social Sciences". In P. Wagner, B. Wittrock e R. Whitley (eds.), *Discourses on Society: The Shaping of the Social Science Disciplines, Sociology of the Sciences, Yearbook 1991*, Netherlands, Kluwer Academic Publishers.
- Wagner, P., Weiss, C., Wittrock, B. e Wollman, H.
1991 *Social Sciences and the Modern States: National Experiences and Theoretical Crossroads*. Cambridge, Cambridge University Press.